

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamaral.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

01. Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

02. Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

03. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
 - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
 - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
 - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões axiológicas”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
 - B) refere-se aos axiomas sociais.
 - C) relaciona-se aos direitos civis.
 - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
 - B) alternância.
 - C) causalidade.
 - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	<i>“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.”</i> – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	<i>“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]”</i> – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	<i>“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.”</i> – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	<i>“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.”</i> – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatruas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
 - B) deverá permanecer no local de trabalho.
 - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
 - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
 - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 - C) adicionais e gratificações.
 - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
 - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
 - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
 - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
 - B) terá direito à remuneração.
 - C) ficará sem remuneração.
 - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
 - B) demissão.
 - C) advertência.
 - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
 - B) arquivamento do processo.
 - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
 - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
 - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
 - C) será facultado à servidora a data da publicação.
 - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
 - B) tempo de serviço em atividade privada.
 - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
 - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
 - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
 - B) readaptação.
 - C) redistribuição.
 - D) aproveitamento.

21. Considerando o pré-natal como excelente oportunidade de contato da mulher com o serviço de saúde e a necessidade de ampliar a cobertura vacinal e reduzir o potencial da transmissão vertical da doença, o Programa Nacional de Imunização recomenda, desde 2010, no caso de gestantes ainda não vacinadas, a vacinação de rotina contra a
- A) influenza após o primeiro trimestre da gestação.
 - B) difteria e tétano após o primeiro trimestre da gestação.
 - C) rubéola independentemente da faixa etária.
 - D) hepatite B independentemente da faixa etária.
22. De acordo com o tipo da vacina e a sua composição, as vacinas recebem nomenclaturas que as diferenciam entre si. Em relação às denominações dadas às vacinas, considere as afirmações a seguir.

I	Vacinas combinadas são aquelas em que um produto imunologicamente menos potente, por exemplo, um polissacarídeo, é acrescentado a outro produto imunologicamente mais potente, por exemplo, uma proteína, conseguindo-se, dessa maneira, que o primeiro produto adquira características de potência imunológica que antes não possuía.
II	Vacina conjugada é aquela composta por dois ou mais antígenos de agentes infecciosos diferentes em uma única preparação.
III	As vacinas virais vivas atenuadas, preparadas com antígenos vivos, portanto mais imunogênicas, geralmente promovem proteção mais completa e duradoura com menor número de doses, pois são antígenos potentes e induzem resposta imune humoral e celular.
IV	As vacinas produzidas com antígenos inativados ou mortos, portanto menos imunogênicas, podem precisar de adjuvantes, substâncias que são responsáveis por causar a reação inflamatória necessária para a indução de uma resposta T-dependente e memória imunológica.
V	As vacinas inativadas polissacarídicas não conjugadas são vacinas não vivas, que estimulam basicamente a imunidade humoral específica. A imunidade é de curta duração (três a cinco anos, em geral), pois a resposta imune não envolve a estimulação de linfócitos relacionados à imunidade celular.

Estão corretas as afirmações

- A) II, IV e V.
 - B) III, IV e V.
 - C) I, II e III.
 - D) I, III e IV.
23. O acidente biológico é um tipo específico de acidente de trabalho, no qual os profissionais de saúde constituem o grupo de trabalhadores mais expostos. Em relação a esse tipo de acidente, é correto afirmar:
- A) O profissional acidentado deve iniciar as medidas quimioproláticas anti-HIV imediatamente após o acidente, independente do resultado da sorologia do paciente fonte, pois o acidentado pode estar na janela imunológica. Além disso, devem ser feitas as imunoglobulinas e as vacinas para as hepatites B e C simultaneamente para que a ação seja mais rápida e eficaz.
 - B) É necessário identificar o paciente-fonte e, caso isso não aconteça, as medidas quimioproláticas não poderão ser adotadas, e o trabalhador só começará o tratamento após a confirmação dos resultados positivos dos exames anti-HIV, Hepatite B e Hepatite C.
 - C) O acidentado só precisará ser acompanhado ambulatorialmente e laboratorialmente por um período de 6 meses, caso a primeira sorologia para HIV, Hepatites B e C se apresentar positiva para uma dessas doenças. Caso contrário, não há necessidade de acompanhamento.
 - D) Deve-se encaminhar o trabalhador acidentado para a unidade de referência ou para o atendimento na própria unidade, quando esta dispuser de condições para tais cuidados, onde será completado o preenchimento da Ficha de Notificação de Acidentes Biológicos, realizadas as sorologias (acidentado e/ou paciente fonte) e adotadas as medidas quimioproláticas adequadas.

24. Os trabalhadores de saúde recebem o esquema clássico de três doses, necessário para a imunização contra a hepatite B. Contudo, aproximadamente 10% a 20% dos indivíduos vacinados não alcançam os títulos protetores de anticorpos. Assim, recomenda-se a realização de sorologia para avaliação da soroconversão no período de um a dois meses após a última dose da vacinação, cujo resultado deve conter títulos de anticorpos
- A) maiores ou iguais a 10 mUI/mL de HBsAg.
 B) entre 5 a 10 mUI/mL de anti-HBs.
 C) entre 5 a 10 mUI/mL de HBsAg.
 D) maiores ou iguais a 10 mUI/mL de anti-HBs.
25. De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, desde a década de 60, observam-se os processos de transição demográfica, epidemiológica e nutricional no país, que resultam em alterações nos padrões de ocorrência das patologias. Sobre o processo de transição epidemiológica, considere as afirmações a seguir.

I	Caracteriza-se pela mudança do perfil de morbidade e de mortalidade da população, com diminuição progressiva das mortes por doenças infecto-contagiosas e elevação das mortes por doenças crônicas.
II	Tem como reflexo a transição demográfica, resultante das mudanças no ritmo de crescimento da fecundidade, da natalidade e da mortalidade, com aumento da expectativa de vida e conseqüente aumento da população com idade acima de 65 anos.
III	Nas últimas décadas, no Brasil, as doenças agudas passaram a determinar a maioria das causas de óbito e de incapacidade prematura.
IV	Reflete a concentração de mortes na infância e expressa a decadência nas condições de vida em virtude da ausência de políticas públicas de impacto.

Estão corretas as afirmações

- A) I e IV.
 B) I e II.
 C) II e III.
 D) III e IV.
26. De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um problema grave de saúde pública no Brasil e no mundo. Em relação à HAS, considere as afirmações a seguir.

I	Os pacientes, em emergência hipertensiva, devem ser encaminhados para internação em UTI com monitorização cardíaca e acesso venoso.
II	A urgência hipertensiva deverá ser tratada com medicamentos por via oral, buscando-se redução da pressão arterial em até 24 horas.
III	São consideradas urgências hipertensivas a encefalopatia hipertensiva, o edema agudo de pulmão e o infarto do miocárdio.
IV	São consideradas emergências hipertensivas a pré-eclâmpsia, angina instável e a intoxicação por cocaína ou anfetamina.
V	Nas emergências hipertensivas, recomenda-se controlar a pressão mais rapidamente, enquanto, nas urgências hipertensivas, o controle pode ser gradual num período de até 24 horas.

Estão corretas as afirmações

- A) II, III e IV.
 B) I, II e V.
 C) I, III e IV.
 D) III, IV e V.

27. As Infecções Primárias da Corrente Sanguínea (IPCS) são infecções de consequências sistêmicas graves e estão entre as mais comumente relacionadas à assistência à saúde. Em relação a essas infecções, considere as afirmações a seguir.

I	Dentre os mais frequentes fatores de risco conhecidos para IPCS, podemos destacar o uso de cateteres vasculares centrais, principalmente os de curta permanência.
II	As IPCS com comprovação laboratorial têm critério diagnóstico menos objetivo e confiável, pois a sensibilidade das hemoculturas é variável de acordo com práticas institucionais de hospitais e laboratórios.
III	As IPCS diagnosticadas clinicamente são de definição mais objetiva e confiável e permitem comparações mais fidedignas entre hospitais.
IV	As IPCS são consideradas de diagnóstico laboratorial quando o paciente apresenta uma ou mais hemoculturas positivas coletadas preferencialmente de sangue periférico, e o patógeno não está relacionado com infecção em outro sítio.
V	As IPCS são consideradas de diagnóstico clínico quando o paciente adulto apresenta, pelo menos, um dos seguintes sinais ou sintomas: febre (>38°C), tremores, oligúria, hipotensão e duas ou mais hemoculturas com contaminante comum de pele.

Estão corretas as afirmações

- A)** I e IV. **B)** II, III e V. **C)** I, IV e V. **D)** II e III.

28. Em relação à Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011, que determina a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória e estabelece normas e atribuições aos profissionais e serviços de saúde no processo de vigilância em saúde, considere as afirmações a seguir.

I	É vedada a elaboração de listas estaduais ou municipais de Notificação Compulsória, devendo-se utilizar unicamente a lista de doenças, agravos e eventos constantes nos anexos da Portaria do Ministério da Saúde.
II	A notificação imediata, realizada pelos meios de comunicação, isenta o profissional ou o serviço de saúde de realizar o registro dessa notificação nos instrumentos estabelecidos.
III	Os casos de toxoplasmose passíveis de notificação são os adquiridos durante a gestação e os que são de origem congênita.
IV	A notificação das doenças que constam na Lista de Notificação Compulsória Imediata deve ser feita quando o caso é suspeito ou confirmado.

Estão corretas as afirmações

- A)** I e II. **B)** III e IV. **C)** II e III. **D)** II e IV.

29. Sobre o processo de vigilância, de controle e de tratamento da Influenza no Brasil, considere as afirmações a seguir.

I	De acordo com último Protocolo de Tratamento de Influenza, recomenda-se o uso de antiviral (fosfato de oseltamivir) em todos os pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e, na infecção por Influenza (SG), em pacientes com fatores de risco para complicações, independente da situação vacinal.
II	Após a fase pós-pandêmica da Influenza A/H1N1 2009, declarada em agosto de 2010, o monitoramento e as ações preventivas no Brasil cessaram, pois o vírus foi eliminado de circulação por ocasião das campanhas de vacinação em 2010 e 2011.
III	O uso do oseltamivir para profilaxia está indicado, entre outros casos, para os trabalhadores de saúde que estiveram envolvidos na realização de procedimentos invasivos (geradores de aerossóis) ou manipulação de secreções de um caso suspeito ou confirmado de infecção pela nova Influenza A(H1N1) sem o uso de EPI.
IV	Na fase pós-pandêmica, a partir de agosto de 2010, o vírus da Influenza pandêmica H1N1 2009 continuou a circular no mundo, com diferentes intensidades em vários países e passou a ser considerado como mais um vírus de circulação sazonal.
V	A vacina contra a Influenza confere proteção contra todos os tipos e subtipos de Influenza, protegendo o indivíduo da doença e de suas complicações associadas.

Estão corretas as afirmações

- A)** II, IV e V. **B)** I, II e III. **C)** I, III e IV. **D)** II, IV e V.

30. De acordo com Nunes Filho *et al* (2005), os transtornos mentais induzidos pelo uso de substâncias psicoativas definem os padrões de comportamento mal adaptado, relacionado à busca, à ingestão e ao abuso dessas substâncias. Sobre esses transtornos, é correto afirmar que

- A) a tolerância é a síndrome específica que se dá após a cessação súbita ou redução da quantidade da substância utilizada anteriormente de forma regular.
- B) o abuso ou uso nocivo caracteriza-se pela necessidade de aumentar progressivamente a quantidade da substância a fim de obter o mesmo efeito.
- C) a dependência caracteriza-se pelo desejo incontrollável de uso da substância pelo surgimento da síndrome de abstinência ou da tolerância e pelo uso contínuo.
- D) a abstinência se caracteriza pela incapacidade de reduzir ou interromper a utilização da substância, apesar do prejuízo do funcionamento mental, físico, social e ocupacional.

31. Sobre a sífilis, considere as afirmações a seguir.

I	É uma doença infecciosa, sistêmica, de evolução crônica, sujeita a surtos de agudização e períodos de latência quando não tratada. Causada pelo <i>Treponema pallidum</i> , uma espiroqueta de transmissão sexual ou vertical, que pode produzir, respectivamente, as formas adquirida ou congênita da doença.
II	A penicilina é a droga de escolha para tratamento da sífilis, independente da fase clínica. Porém, esse tratamento passa a ser sintomático em gestantes e em pessoas com alergia comprovada à penicilina.
III	A sífilis congênita é o resultado da disseminação hematogênica do <i>Treponema pallidum</i> por intermédio da gestante infectada não tratada ou inadequadamente tratada para seu conceito, via transplacentária. A transmissão vertical do <i>T. pallidum</i> pode ocorrer em qualquer fase gestacional ou estágio clínico da doença materna.
IV	A portaria 104 de 25 de janeiro de 2011 não inclui a sífilis adquirida como doença de notificação compulsória. No entanto, a sífilis na gestante e a congênita devem ser notificadas em todo o território nacional.
V	Após o tratamento da sífilis, recomenda-se o seguimento sorológico quantitativo de 3 em 3 meses, durante o primeiro ano e, se ainda houver reatividade em titulações decrescentes, deve-se manter o acompanhamento de 6 em 6 meses. Em gestantes, o controle de cura deve ser mensal.

Estão corretas as afirmações

- A) I, III e V.
- B) II, IV e V.
- C) I, II e III.
- D) III, IV e V.

32. De acordo com o Ministério da Saúde, a construção de indicadores de saúde é necessária para analisar a situação atual de saúde, fazer comparações e avaliar mudanças ao longo do tempo. Sobre esses indicadores, é correto afirmar que

- A) o risco ou a probabilidade de qualquer pessoa morrer, em decorrência de uma doença, é calculado pela taxa ou coeficiente de morbidade.
- B) as taxas de prevalência são muito utilizadas para o planejamento, em função do conhecimento do número de doentes existentes na comunidade, e as medidas de incidência são mais efetivas para fins epidemiológicos, como a identificação de fatores de risco.
- C) a morbidade é, frequentemente, estudada segundo quatro indicadores básicos: taxa de incidência, taxa de prevalência, taxa de ataque e coeficiente de mortalidade geral.
- D) a taxa de incidência representa o número de casos presentes (novos e antigos) em determinada comunidade, em dado local e período, enquanto a de prevalência representa o número de casos novos de uma doença num período de tempo especificado, relativo a uma população exposta.

- 33.** De acordo com o Ministério da Saúde (2011), na dengue em adultos, diferentemente do que ocorre em outras doenças que levam ao choque, antes de haver uma queda substancial na pressão arterial sistólica, poderá haver um fenômeno de estreitamento da pressão arterial, ou seja,
- A)** a diferença entre a pressão arterial sistólica e a diastólica será menor ou igual a 20mmHg, caracterizando a pressão arterial convergente.
 - B)** a diferença entre a pressão arterial sistólica e a diastólica será maior ou igual a 20mmHg, caracterizando a pressão arterial divergente.
 - C)** a pressão arterial sistólica menor que 90 mmHg, caracterizando a pressão arterial convergente.
 - D)** a pressão arterial diastólica maior que 90 mmHg, caracterizando a pressão arterial divergente.
- 34.** A Prova do laço deve ser realizada, obrigatoriamente, na triagem, em todo paciente com suspeita de dengue e sem apresentação de sangramento espontâneo. Sobre esse procedimento, considere as afirmações a seguir.

I	A prova do laço positiva alerta que o paciente necessita de um monitoramento clínico e laboratorial mais estreito como também reforça o diagnóstico de dengue.
II	Pode ser a única manifestação de febre hemorrágica da dengue (FHD), representando a fragilidade capilar.
III	A prova deverá ser repetida no acompanhamento clínico do paciente apenas se previamente positiva.
IV	A prova do laço frequentemente pode ser negativa em pessoas obesas e em qualquer pessoa durante o estado de choque.
V	A prova do laço negativa descarta o diagnóstico de dengue, tornando desnecessária a realização de exames laboratoriais.

Estão corretas as afirmações

- A)** III, IV e V.
 - B)** I, II e IV.
 - C)** II, III e IV.
 - D)** II, III e V.
- 35.** De acordo com o Código de Ética do profissional de enfermagem, no exercício de sua profissão, em relação ao sigilo, é correto afirmar que o
- A)** fato sigiloso não deverá ser revelado em atividade multiprofissional mesmo quando necessário a prestação da assistência.
 - B)** profissional de enfermagem deve manter segredo sobre fato sigiloso de que tenha conhecimento, exceto em caso de ordem judicial ou após o falecimento da pessoa envolvida.
 - C)** segredo profissional em relação ao menor de idade que seja considerado capaz de discernimento pode ser revelado quando solicitado pelos seus pais ou responsáveis.
 - D)** profissional de enfermagem, intimado como testemunha, deverá comparecer perante a autoridade e, se for o caso, declarar impedimento de revelar o segredo.

36. Em relação à Lei 10.741/2003, que institui o Estatuto do Idoso, em seu Capítulo IV - Do Direito à Saúde, leia as afirmações a seguir.

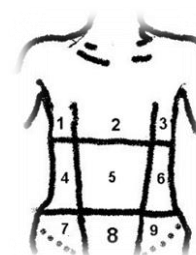
I	É permitida, aos planos de saúde, a cobrança de valores diferenciados aos idosos em razão de sua idade.
II	Ao idoso internado ou em observação, é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
III	Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais, é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.
IV	Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária e, obrigatoriamente, aos órgãos de proteção ao idoso.
V	A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de reabilitação orientada pela clínica médica geral.

Das afirmações, estão corretas

- A) II, III e IV. B) Apenas I e IV. C) Apenas III e V. D) I, II e V.
37. Considerando uma solução fisiológica a 0,9%, a quantidade de cloreto de sódio presente em um frasco de 500 mililitros é
- A) 4,5g. C) 3,0g.
B) 9,0g. D) 5,0g.

38. Na semiologia, a parede anterior do abdome é dividida em nove regiões. De acordo com a figura ao lado, o número 8 corresponde à região

- A) do flanco.
B) do hipogástrio.
C) da fossa ilíaca.
D) do hipocôndrio.



39. O edema pulmonar é um evento agudo, que consiste no acúmulo anormal de líquido nos pulmões. Entre os cuidados de enfermagem, deve-se
- A) avaliar sinais de depleção de volume (hipertensão) ao administrar o diurético.
B) posicionar o paciente em decúbito dorsal para favorecer o retorno venoso ao coração.
C) fornecer suporte psicológico, tranquilizando o paciente, pois a diminuição da capacidade de respirar causa sensação de morte.
D) manter o antagonista da morfina (flumazenil) disponível.
40. A leucemia é uma proliferação neoplásica de determinado tipo de célula. Quanto ao cuidado de enfermagem adotado ao paciente com leucemia, é correto afirmar que
- A) a aplicação da bolsa de água morna na nuca deve ser feita quando o paciente apresentar epistaxe.
B) a tosse vigorosa deve ser encorajada para eliminar secreções.
C) o uso de fios dentais e colutórios comerciais são recomendados para higienizar a cavidade oral.
D) a administração de injeções intramusculares não deve ser realizada.

41. A lesão dos ligamentos que circundam a articulação, sendo provocada por um movimento de torção ou tração violenta, é
- A) a luxação.
 - B) o estiramento.
 - C) a contusão.
 - D) a entorse.
42. Em relação ao período perioperatório, é correto afirmar:
- A) Na sala de cirurgia, uma das atividades do profissional de enfermagem circulante é o preparo da mesa que contém os instrumentais cirúrgicos estéreis.
 - B) Espera-se, ao se oferecer cuidado de enfermagem no pós-operatório, que o paciente apresente ansiedade, refira dor e se sinta desconfortável com a imagem corporal.
 - C) Na fase pré-operatória, o enfermeiro deverá orientar o paciente sobre os exercícios respiratórios, a sala de cirurgia e, se for o caso, a presença de curativos, de drenos e de cateteres após o procedimento.
 - D) A fase intra-operatória envolve o período em que o cliente chega ao centro cirúrgico até ser transferido para o quarto que fica fora do centro cirúrgico.
43. Em visita domiciliária a um paciente que está em pós-operatório de cirurgia abdominal, a enfermeira foi questionada pela família sobre a raquianestesia. Ela disse que, ao se aplicar esse tipo de anestesia, o médico injeta
- A) anestésico geral no espaço intratecal (subaracnóide) lombar, causando paralisia e analgesia abaixo do nível da injeção.
 - B) anestésico local no espaço epidural (peridural) por meio da punção lombar, causando analgesia abaixo do nível da injeção.
 - C) anestésico local no espaço intratecal (subaracnóide) lombar, causando paralisia e analgesia abaixo do nível da injeção.
 - D) anestésico geral no espaço epidural (peridural) por meio da punção lombar, causando analgesia abaixo do nível da injeção.
44. De acordo com as novas Diretrizes para Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e com o Atendimento Cardiovascular de Emergência (ACE) da *American Heart Association (AHA)* em 2010, o tempo de alternância entre as pessoas que aplicam as compressões torácicas, no Suporte Avançado de Vida (SAV) cardiovascular, é
- A) 2 minutos.
 - B) 4 minutos.
 - C) 5 minutos.
 - D) 6 minutos.
45. É um equipamento usado na terapia elétrica em locais públicos nos quais exista probabilidade relativamente alta de Parada Cardiorrespiratória (PCR) presenciada (por exemplo, aeroportos, cassinos, instituições esportivas). Seu uso deverá contar com a parceria do serviço médico de emergência e organização, planejamento e treinamento do pessoal que irá manuseá-lo. Esse equipamento é o
- A) Marca-passos externo (transcutâneo).
 - B) Desfibrilador automático externo.
 - C) Cardioversor sincronizado externo.
 - D) Desfibrilador cardioversor implantado.

46. Estados e Municípios, por meio das unidades integrantes de seu sistema de saúde, devem garantir atenção pré-natal e puerperal qualificada e humanizada. Em relação aos parâmetros estabelecidos para essa atenção, de acordo com o *Manual Técnico: Pré-Natal e Puerpério* do Ministério da Saúde (2006),
- A) faz-se a captação precoce das gestantes com primeira consulta de pré-natal, realizada até 120 dias de gestação.
 - B) realiza-se, no mínimo, oito consultas de pré-natal, sendo, preferencialmente, duas no terceiro trimestre da gestação.
 - C) dá-se atenção à mulher e ao recém-nascido na segunda semana após o parto e consulta puerperal até o 30º dia pós-parto.
 - D) solicita-se sorologia para hepatite B (anti-HBsAg) com dois exames, de preferência próximo a 37ª semana de gestação.
47. A hemorragia puerperal é definida como a perda de sangue superior a 500 ml após um parto vaginal ou superior a 1000 ml após uma cesariana (RICC,2008). A etiologia mais comum é a atonia uterina, que pode ser causada
- A) pelos fragmentos placentários retidos no útero.
 - B) pelas lacerações do trato genital.
 - C) pela episiotomia.
 - D) pela hiperdistensão do útero.
48. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)/Ministério da Saúde (2010), a violência é definida como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. Um dos responsáveis (ou cuidador), geralmente a mãe, simula ou cria sinais ou sintomas de doenças em seus filhos. Essa simulação é considerada um tipo de violência infantil, conhecida como síndrome
- A) da alienação parental.
 - B) do bebê sacudido.
 - C) de Munchausen por procuração.
 - D) do testemunho da violência.
49. A Caderneta de Saúde da Criança (BRASIL, 2011) é um instrumento de avaliação e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Na avaliação de peso x idade, uma criança que tem ≥ -3 e < -2 escore z apresenta peso
- A) elevado para idade.
 - B) baixo para idade.
 - C) muito baixo para idade.
 - D) adequado para idade.

- 50.** O Guia de Atenção à Saúde do Recém-nascido para Profissionais de Saúde, do Ministério da Saúde (2011), orienta a analgesia não farmacológica para alívio e manejo da dor aguda nos recém-nascidos gravemente enfermos. Quanto ao procedimento adequado para aliviar essa dor, é correto afirmar:
- A)** O contato pele a pele entre mãe e filho tem se mostrado eficaz para diminuir a dor do RN, especialmente após punções capilares. Quando possível, esse contato deve ser iniciado antes e mantido durante e após o procedimento doloroso.
 - B)** A sucção não-nutritiva tem eficácia quando adotada seis minutos antes da realização de alguns procedimentos, como a coleta de sangue capilar.
 - C)** O emprego clínico de água com sacarose ou glicose (4 mL a 50%), por via oral (administrada na porção posterior da língua), cinco minutos antes de pequenos procedimentos como punções capilares ou venosas.
 - D)** O aumento da estimulação tátil tem o objetivo de proporcionar uma maior ativação autonômica e reduzir comportamento de estresse no recém-nascido.